



Prémio
**Maria
José
Estanco**
Ordem dos
Arquitectos |
Câmara
Municipal de
Loulé



1.^a edição | 2025

	Título	Prémio Maria José Estanco – 1.ª edição 2025
	Textos	Avelino Oliveira; Vítor Aleixo; Sofia Aleixo; Teresa Nunes da Ponte; Sofia Pontes; Ana Bordalo; Rui Seco; Júlio Sousa
Coordenação editorial		Sofia Aleixo, Conselho Diretivo Nacional da OA
	Revisão	Cristina Meneses, Conselho Diretivo Nacional da OA
	Produção	Conselho Diretivo Nacional da OA / Cultura e Promoção da Arquitetura Ana Paulista; Cristina Meneses; Rui Seco
	Design gráfico	Rafael Marques
	Local de edição	Lisboa
	Data de edição	09 . 2025
	Impressão	Lidergraf - artes gráficas, S.A.
	ISBN	978-972-8897-83-3
	Depósito Legal	554209/25
	Edição	Ordem dos Arquitectos

Os conteúdos deste livro são da responsabilidade das diversas autoras das obras. As autorias de desenhos, fotografias e textos são indicadas de acordo com as fichas técnicas fornecidas

Agradecimentos Arquiteta Joana Roxo; Biblioteca – Centro de Documentação da OA; Museu Carlos Machado; Museu João de Deus, pela cedência de imagens

Patrocínio CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

loulé

05	DO NASCIMENTO DE UM PRÉMIO SINGULAR AVELINO OLIVEIRA
07	MARIA JOSÉ ESTANCO, UMA LOULETANA QUE NOS ORGULHA! VÍTOR ALEIXO
09	PREMIAR ARQUITECTAS EM PORTUGAL SOFIA ALEIXO
019	ACTA DO JURI (EXTRATO) TERESA NUNES DA PONTE, SOFIA PONTES E ANA BORDALO
021	REGULAMENTO DA PRIMEIRA EDIÇÃO DO PRÉMIO
025	MARIA JOSÉ ESTANCO, ARQUITETA – BIOGRAFIA RUI SECO
033	APONTAMENTO GENEALÓGICO JÚLIO SOUSA
035	CRONOLOGIA DA VIDA DE MARIA JOSÉ ESTANCO
041	CODA CONCURSO PARA A OBTENÇÃO DO DIPLOMA DE ARQUITECTO, 1942
043	PRÉMIO 1ª EDIÇÃO 2025 PAULA DEL RÍO HUESA PRAÇA E POSTO DE TURISMO DO PIÓDÃO
061	CANDIDATURAS
135	ENTREGA DO PRÉMIO E EXPOSIÇÃO, LOULÉ, 23 MARÇO 2025
141	IDENTIDADE DO PRÉMIO RAFAEL MARQUES

M'É



PREMIAR ARQUITECTAS EM PORTUGAL

1. As (discretas) architectas

Quando, a 26 de outubro de 2024, a Ordem dos Arquitectos – Secção Regional do Centro (OA-SRC) inaugurou a pioneira iniciativa *Arquitectas da Nossa Casa*, estava em elaboração o *Regulamento para a 1ª edição do Prémio Maria José Estanco*. Em Coimbra procurava-se resposta à pergunta: “como dar visibilidade a uma produção intelectual, artística e técnica, feminina?”.

Numa breve reflexão, que então escrevi, destaquei o papel social da arquitectura que, “finalmente!”, retomava o seu devido lugar nesta “divulgação verdadeiramente democrática da prática” da arquitectura por mulheres ¹. Relembrei ainda, as *Exposições Nacionais de Arquitectura (ENA)* que, no final do século passado, divulgaram, até 1995 ² e também sem curadoria, centenas de obras de arquitectura construídas por membros da então Associação dos Arquitectos Portugueses ³.

Esqueci então de mencionar, em 1990, a *1.ª Trienal de Arquitectura de Sintra* ⁴, iniciativa com a colaboração da Associação dos Arquitectos Portugueses, com prémio e exposição, que expôs todos os projectos enviados, do país e do estrangeiro. Como Michel Toussaint então escreveu: “no conjunto lado a lado, permitindo a observação crítica, num panorama o mais alargado possível” ⁵. Ao retomar essa prática *uplugged*, numa ampla mostra que se estende para além da edificação, a OA-SRC afirmou a pluralidade de expressões da profissão e deu a conhecer a qualidade das obras feitas por architectas.

1 Curadoria? Não, obrigada! 31 de Janeiro de 2025, jornal Público - [psilon [on-line].

2 *Exposições Nacionais de Arquitectura (ENA)*: 1.ª ENA, 1975-1985 (AAP-SRS, 1986); 2.ª ENA, Anos 80 (AAP-SRS, 1989); 3.ª ENA, 1985-1992 (AAP-SRS-SRN, 1992). A 4.ª ENA (AAP-SRS, 1995) apresenta uma “selecção dos trabalhos (que) propõe ao cidadão uma reflexão sobre o interesse público da arquitectura e a responsabilidade dos arquitectos, nas questões da qualidade da arquitectura e do ambiente urbano em Portugal”.

3 Associação dos Arquitectos Portugueses (AAP, 1978-1998) é a organização profissional precursora da Ordem dos Arquitectos.

4 A *1.ª Trienal de Arquitectura*, promovida pela Câmara Municipal de Sintra, tinha como objetivo estimular a produção crítica e projectual da arquitectura portuguesa contemporânea. Para além do evento com 12 oradores convidados (cinco portugueses), incluiu uma exposição “dos projectos de arquitectos e equipas sediadas em Portugal (...) reflectindo uma vontade de consolidar o discurso arquitectónico nacional e dar visibilidade a práticas emergentes”. Tendo por mote “Moradia: o habitar poético”, de obra construída ou não, recebeu contribuições de seis architectas, como consta no respectivo catálogo: Teresa Almendra, Graça Nieto Guimarães, Cristina Veríssimo e ainda, em co-autoria, Cláudia Albino, Isabel Laxximy e Cristina Salvador.

5 Toussaint, Michel (1990) “A Moradia – Tema”. In *Catálogo da 1.ª Trienal de Arquitectura: A Arquitectura em Manifesto*. Dinalivro: Sintra, p. 20.

< “Maria José Estanco. Em Judith Maggiolly. “Mulheres que trabalham. A primeira architecta portuguesa [Maria José Estanco]”. Modas & Bordados, 3 fevereiro de 1937, n.º 1304, p. 5. In Pedrosa, 2025, p. 93.

2. As architectas e Maria José Estanco

Diversos trabalhos de investigação têm surgido procurando identificar o contributo que architectas deram para o desenvolvimento da prática arquitectónica, da investigação e do ensino nos seus países. São disso meros exemplos, *Miradas Situadas: Arquitectura de Mujer en España desde Perspectivas Periféricas, 1978-2008* ⁶, e *Women Architects in Portugal: building visibility* ⁷, estudos que revelam nomeadamente os projectos e as obras construídas, e a participação de architectas em momentos relevantes da história da arquitectura dos seus países ⁸.

Em Portugal, Maria José Estanco (Loulé 1905 - Lisboa 1999) tem motivado o interesse da academia, na área temática de estudos de género, por ter sido a primeira mulher a obter o Diploma, onde consta “Senhora Arquitecto”, denominação que recusou liminarmente ⁹. Investigar a sua vida, pessoal e profissional, não tem sido tarefa fácil ¹⁰ e tem revelado algumas fontes que apresentam datas díspares. Assim, e partindo da cronologia já elaborada por Joana Roxo em 2016 ¹¹, algumas destas datas que se fixaram na cronologia agora publicada para esta primeira edição do Prémio, apresentam ainda a necessidade de confirmação. No entanto, o investigador Rui Seco apresenta uma breve biografia, complementada pela informação genealógica recolhida pelo historiador Júlio Sousa, contributos essenciais para mapear uma cronologia de vida desta architecta, de que se apresenta agora um breve resumo.

Após terminar o Liceu no Algarve, Maria José Estanco viajou de Loulé para Lisboa, onde faz o Curso para professores de Desenho, decidindo mais tarde, num momento marcante da sua vida e com absoluta determinação, mudar a sua formação e inscrever-se no curso de arquitectura. Aqui se destacou como “melhor aluno”, tendo tido apenas um colega “que era, como agora se costuma dizer, machista” ¹², tendo tido como professores os “Mestres Monteiro, Lemos e Cristino da Silva” ¹³, tendo tirocinado no *atelier* de Carlos Ramos, que lhe reconhece “zelo e competência profissional” ¹⁴, e tendo sido avaliada por um exigente júri no seu CODA (Concurso para a Obtenção do Diploma de

6 Abordando o período 1978-2008 (desde a restauração democrática em Espanha até à crise mundial provocada pela queda do Lehman Brothers), este projecto foi financiado pelo Governo Regional de Valência e sediado no Instituto de Investigação em Estudos de Género da Universidade de Alicante, sendo ainda precursor da aplicação NAM (*Navegando Arquitecturas de Mujer*) que identifica e localiza as obras de arquitectura das mulheres estudadas.

7 O *W@ARCH.PT research project* foi apoiado pela FCT e investigou o período 1942-1986 (do ano de formação de Maria José Estanco ao ano em que Portugal é Membro da Comunidade Económica Europeia e em que se observa a difusão e massificação das escolas de arquitectura), sediado no Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, do ISCSP-ULisboa (2018-2021).

8 Refira-se que a coordenadora deste projecto, a investigadora e activista feminista Patrícia Santos Pedrosa, lançou recentemente o livro *Arquitetas e a construção da visibilidade. Percursos a partir do contexto português* (2025), onde apresenta o seu olhar crítico e reflexivo sobre a história das mulheres architectas em Portugal.

9 “Sabe que foi por minha causa que se formou a palavra «architecta». Não queriam que eu fosse «architecta», queriam que eu fosse a «senhora arquitecto». Eu disse sempre «Não! Os femininos dos vocábulos terminados em «o» formam-se em «a». Ora, «arquitecto» passa a ser «architecta». E eu sou architecta! Nunca escrevi de outra maneira. É claro que isto irritou muita gente!”. *Entrevista a Maria José Estanco realizada pela Comissão Organizadora dos Registos Históricos da cidade de Marília*, 1986. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=pMtVvueWF4o&t=748s>.

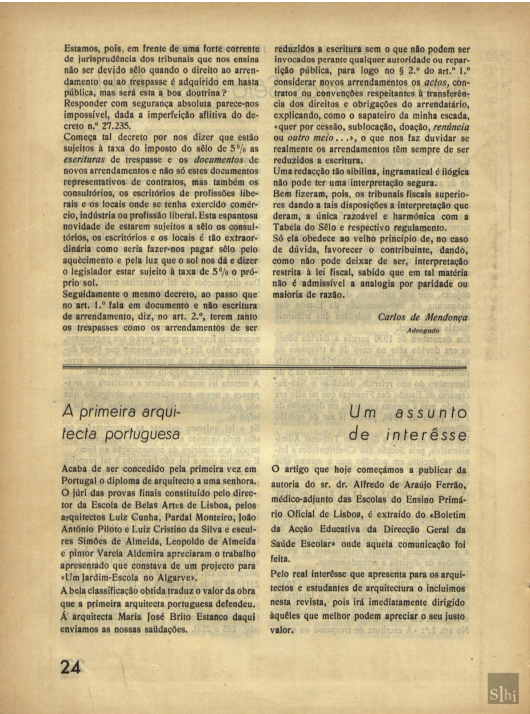
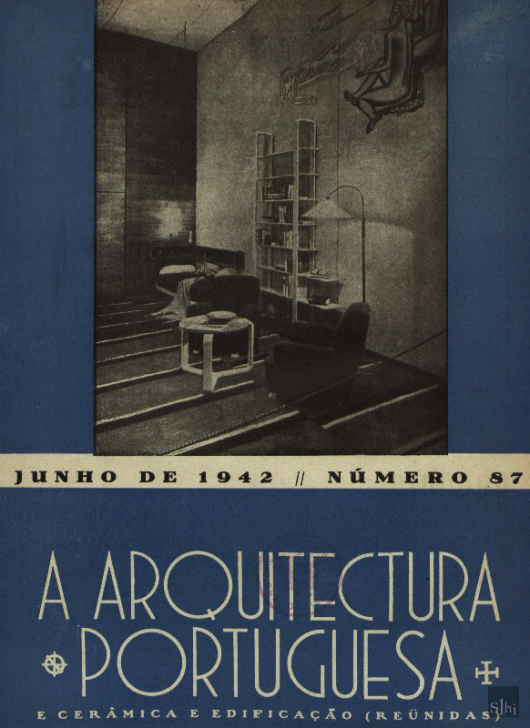
10 Como descreve Joana Roxo: “O trabalho de campo revelou-se exaustivo, devido à ausência de familiares vivos e à inexistência de um espólio, onde a cada momento surgiram novas pistas que ajudaram a uma melhor compreensão de quem foi esta mulher” (2016, p. 69).

11 Roxo, Joana (2016). «A Senhora Arquitecto»: Maria José Estanco. *Contribuição para o Estudo da 1ª Arquiteta Portuguesa*. Projeto Final de Arquitetura, Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/13160>.

12 *Entrevista a Maria José Estanco...* (idem, nota 9).

13 De acordo com depoimento oral recolhido por Elisabeth Évora Nunes e Maria do Céu Borrêcho e publicado na Revista *Faces de Eva*, n.ºs 1-2,1999, p. 224.

14 O Certificado de Tirocínio, correspondente ao período entre Novembro de 1939 e 28 de Março de 1942, assinado por Carlos João Chambers Ramos assim o refere (Roxo, 2016).



A Arqitetura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (Reunidas), "A primeira architecta portuguesa". n.º 87, Junho 1942, ano - XXXV, 3ª série, p. 24.

Arquitecto)¹⁵, que lhe atribuiu a “bela classificação” de 16 valores ao projecto dum Jardim-Escola para o Algarve¹⁶, dia em que se tornou a primeira mulher formada em arquitectura em Portugal¹⁷, divulgada como a “Senhora Arquitecto” na rádio e imprensa nesse mesmo dia 27 de julho de 1942¹⁸.

Esta poderia ser a descrição da vida de um estudante de arquitectura, embora talvez não se lhe reconhecesse publicamente a data de defesa do CODA uma vez que seria “apenas” mais um arquitecto. O que poderá levantar algumas inquietudes na leitura da vida de Maria José Estanco, pelo percurso diferente em relação a um arquitecto, é o facto da sua vida académica ser descrita a par da sua vida familiar: a deslocação com a mãe de Loulé para Lisboa, necessária para cursar o ensino superior, o casamento com o pintor açoriano e neo-realista Raimundo Machado da Luz (1903-1985) que foi seu colega durante o curso, o nascimento do filho¹⁹. À inquietude junta-se um certo incómodo quando chegamos à fase da sua vida em que, profissional inscrita no Sindicato Nacional dos Arquitectos (SNA) sob o n.º 91²⁰, a elaboração de projectos, como objectivo fundamental do curso frequentado, não encontra lugar onde ser praticada.

A Maria José Estanco é pedida a caderneta militar para poder ingressar na função pública²¹, e em *ateliers* privados seria também um requisito ser homem, situação que os tempos de convívio e estudo na Escola de Belas-Artes não lhe tinham dado a prever²². Será esta a razão de se lhe conhecer apenas uma concretização de um projecto de arquitectura²³, de expressão condizente com o período temporal²⁴. No entanto, o seu carácter determinado permite-lhe encontrar vários lugares onde uma imposição de invisibilidade da sua arquitectura²⁵ não lhe retirou o direito à sua presença, deixando que o “silêncio na arquitectura”, enquanto edificação, encontrasse voz no ensino

15 “O júri das provas finais constituído pelo diretor da Escola de Belas Artes de Lisboa, pelos arquitectos Luiz Cunha, Pardal Monteiro, João António Piloto e Luiz Cristino da Silva e escultores Simões de Almeida, Leopoldo de Almeida e pintor Varela Aldemira”, in “A primeira architecta portuguesa”, artigo publicado na *A Arqitetura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (Reunidas)*, n.º 87, Junho 1942, ano - XXXV, 3.ª série, p. 24.

16 Projecto para cerca de 100 crianças que viria a ser publicado na revista *A Arqitetura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (Reunidas)*, com o título “Um Jardim-Escola no Algarve”. n.º 120, Março 1945, ano - XXXVII, 3.ª série, pp. 8-12.

17 Ficando com as habilitações: “Exame de Estado no 9.º grupo do ensino liceal e curso de arquitectura da Escola de Belas Artes” (Roxo, 2016).

18 No dia 28 de Junho de 1942, na imprensa diária nacional (*Diário da Manhã*, *Jornal O Século* e *Diário de Notícias*) e no regional *O Louletano*, para além da revista mensal *A Arqitetura Portuguesa e Cerâmica e Edificações (Reunidas)*.

19 A 16 de Março de 1943, torna-se mãe do arquiteto e crítico de cinema, Manuel José Estanco Machado Luz, que nasce no ano em que é professora, com o seu marido, no Liceu Passos Manuel, em Lisboa. Vem a falecer, sem ter casado nem ter filhos, em 1997, dois anos antes de Maria José Estanco falecer.

20 Inscrição em 6 de Junho de 1945.

21 Quando procura trabalhar na Câmara Municipal de Lisboa.

22 Maria José Marques da Silva (Porto, 1914 - 1994), a primeira diplomada em Arquitectura pela Escola de Belas-Artes do Porto em 1943, não terá sentido essa questão como um problema, uma vez que, sendo filha do arquitecto José Marques da Silva (1869-1947), iniciou a actividade profissional no seu *atelier*, onde conheceu o seu futuro marido, o arquitecto urbanista David Moreira da Silva (1909 – 2002, diplomado em 1929), partilhando *atelier* (1941-1996), embora não tenha tal facto implícito o automático reconhecimento da co-autoria.

23 A única imagem que se conhece actualmente de Maria José Estanco a trabalhar como architecta foi identificada por Patrícia Santos Pedrosa na revista *Modas & Bordados*, 3 fevereiro de 1937, n.º 1304, p. 5, ilustrando o artigo “Mulheres que trabalham. A primeira architecta portuguesa [Maria José Estanco]”, de Judith Maggiolly.

24 Pequena casa de veraneio em São Pedro de Moel, encomenda da amiga Maria da Conceição Duarte (Roxo, 2016, p. 89).

25 Para além do projecto (não construído) do CODA, Maria José Estanco apenas terá projectado e construído uma casa de férias para uma amiga, em São Pedro de Moel, na Marinha Grande em Leiria, de que se conhece o projecto datado de 1947 e a construção, entretanto significativamente alterada.

liceal ²⁶, na escrita na secção de decoração de interiores e criação de móveis que cria na revista *Modas & Bordados* ²⁷, nas respostas a entrevistas publicadas em revistas portuguesas ²⁸, na produção e comercialização de peças de mobiliário e de jóias ²⁹ que, inclusive, lhe permitirá ter disponibilidade económica para conhecer diversos países, na participação activa no MDM – Movimento Democrático de Mulheres ³⁰ cuja adesão se deverá à amizade com Maria Lamas, e no reconhecimento público (tardio?) do seu percurso numa multiplicidade de expressões potenciadas pelo seu conhecimento da profissão ³¹.

Este silêncio, feito a partir do que poderá ser interpretado como uma invisibilidade imposta, tornou afinal preciosas as suas raras palavras ³². A “extrema complexidade que se revela no jogo do silêncio e da palavra” ³³, que Alain Corbin refere como representativo da sociedade rural, terá, eventualmente, sido apreendido por Maria José Estanco no seu local de origem, no seu percurso até à cidade, na sua visitação com 22 anos a uma cidade em construção no Brasil, e na sua confrontação com uma inesperada situação profissional, assumindo que “quem cala está disponível para escutar e não para consentir”. E desse silêncio terá surgido a professora liceal e a activista reconhecida ³⁴.

26 A investigação de Joana Roxo (2016) disponibiliza documentos sobre a sua actividade de ensino. Exerce a docência em Lisboa, nos liceus Maria Amália Vaz de Carvalho (1935-36), Passos Manuel/secção masculina (1936-41) e Filipa de Lencastre (onde começou em 1934-35, regressando em 1942-46). Em 1947 ganha concurso para se efectivar como professora no Porto no Liceu Rainha Santa Isabel, onde permanece até 1952, data em que pede a exoneração para regressar a Lisboa por nomeação para o Instituto de Odvelas. Neste Instituto, curiosamente dependente do Ministério do Exército que, em última instância, lhe terá negado o acesso à profissão de arquitecta na função pública, é professora de Desenho, onde ensina a criação e produção de jóias em estanho e cobre, e ainda de restauro de azulejos. Registe-se que utiliza o período de Verão para se ausentar “em viagem turística” em 1952 (Espanha), renovando os pedidos em 1958 (França), 1965 (França, Suíça, Alemanha Ocidental, Bélgica, Holanda, Inglaterra), 1967 (França, Bélgica, Holanda, Inglaterra, Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia), 1969 (Espanha, Brasil, Argentina), 1970 (“estrangeiro”), de que traz postais para partilhar com as suas alunas. Maria José Estanco encontrou nesta instituição do Estado, que afinal lhe tinha fechado a porta no início da profissão, uma porta para conhecer o mundo, que explorou até à sua aposentação, por limite de idade, em 1975.

27 A revista *Modas e Bordados, Vida Feminina* (1912-1977), até 1938 suplemento do jornal *O Século*, encontrou em Maria Lamas, autora de *As Mulheres do Meu País* (1947-1950), uma directora que aí (entre 1928 e o ano em que apresenta a sua demissão, 1946) valoriza o trabalho profissional da mulher. Em conjunto com a revista *Eva* (1925-1989), constituem estes periódicos femininos testemunhos de um período de limitação da afirmação das mulheres como profissionais na sociedade portuguesa.

28 Publicada na *Modas & Bordados, Vida feminina*, onde dá uma entrevista a Judith Maggiolly publicada sob o título “Mulheres que trabalham. A primeira arquitecta portuguesa [Maria José Estanco]”, 3 de fevereiro de 1937 (n.º 1304, pp. 5-7); e em 1999 à revista *Faces de Eva – Estudos sobre a Mulher* (n.os 1-2, pp. 223-225), em entrevista de Elisabeth Évora Nunes e Maria do Céu Borrêcho, como “pioneira” na profissão, no ano em que Maria José Estanco viria a falecer.

29 “Sonho e vida em gestos de mulheres”, exposição organizada pelo *Espaço 8 de Março* do MDM, no Institut Franco-Portugais, nas comemorações do Dia Internacional da Mulher, 8 de março de 1986, com pinturas, gravuras, esculturas, fotografias, tecelagem, livros infantis ilustrados por mulheres, tapeçaria e trapologia. Aqui, Maria José Estanco expõe ourivesaria (Roxo, 2016).

30 Maria Lamas é fundadora do MDM, que por sua vez é precursor do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, de que foi presidente entre 1945-1947. Maria José Estando representou o MDM na Conferência Mundial de Mulheres (Praga, 1981) organizada pela FDIM – Federação Democrática Internacional das Mulheres. Em 1993, o Conselho da Nacional do MDM atribuiu-lhe a Medalha de Distinção de Honra, que distingue “qualquer indivíduo ou colectivo cuja acção a nível nacional se destaque em defesa dos direitos das mulheres, ou seja, símbolo da luta emancipadora das mulheres em Portugal”. In <https://mdm.org.pt/maria-joe-estanco/>

31 Como mulher, a entrada «Maria José Estanco» está incluída em diversas obras colectivas, de acordo com Pedrosa, P.S. (2013). Em Fouqué, A.; Didier, B. e Calle-Grauber, M. (eds), *Le Dictionnaire Universel des Créatrices*, Vol. I. Paris: Les Editions des Femmes, p. 1457 (disponível in https://www.academia.edu/9266431/Maria_Jos%C3%A9_Estanco); António Nóvoa (2003), *Dicionário de Educadores Portugueses*. Lisboa: Edições Asa, pp. 519-520; Américo Lopes de Oliveira (1981), *Dicionário de mulheres célebres*. Porto: Lello, p. 367; Glória Maria Marreiros (2000), *Quem Foi Quem? 200 Algarvios do Século XX*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 187-188 Estranhamente não está incluída, nem na 1.ª edição (1991) nem na 2.ª edição (2017) do livro do antigo presidente da Ordem dos Arquitectos, José Manuel Pedreirinho, *Dicionário dos Arquitectos. Activos em Portugal do Século I à Actualidade*.

32 Terá encontrado o lugar para se expressar participando, ainda antes de 1974, no Movimento Democrático de Mulheres, participando no 3.º Encontro Nacional (1977), e no I Congresso onde é eleita para o Conselho Nacional (1980). Internacionalmente, participa nos Congressos da Federação Democrática Internacional das Mulheres (FDIM) em Praga (1981) e em Moscovo (1958? 1987). Foi ainda membro da direcção do Conselho Português para a Paz (secção de desarmamento).

33 Corbin, Alain (2025). *História do Silêncio*. Lisboa: Quetzal ed., p. 129.

34 Associada a uma referência espacial urbana, e como reconhecimento e homenagem, a toponímia nacional identifica Maria José Estanco como Arquitecta e Professora liceal (1905-1999) em ruas localizadas em três cidades distintas. Num Bairro de ruas com nomes de arquitectos, sendo a única mulher, em Algueirão-Mem Martins (Sintra), em Carnide (Lisboa) e em São Clemente (Loulé), preservando deste modo o seu nome na história da Arquitectura em Portugal.



Divulgação de outorga de Membros Honorários da OA, 2024.

3. Divulgação e premiação de arquitectura feita por architectas

Estudos sobre o primeiro quartel do século XX demonstram que as mulheres raramente foram contempladas em exposições internacionais ³⁵, sendo estas reconhecidos veículos para o reconhecimento público, que contribuem para reforçar os estatutos profissionais. Essa realidade, felizmente, observa uma significativa mudança nos dias de hoje, incentivada também pelas oportunidades de exposição e divulgação que diversos concursos proporcionam. De facto, no contexto internacional, várias iniciativas já premeiam architectas, através de diversos promotores, reconhecendo nomeadamente architectas com menos de 45 anos que lideram os seus próprios escritórios, architectas que se destaquem no exercício nacional, architectas com carreiras internacionais de excelência na prática profissional, architectas que se dedicam à crítica ou à escrita sobre arquitectura, architectas com papel de liderança na comunidade profissional, architectas que contribuíram para os campos da arquitectura e da construção, e architectas que conjugam investigação, inovação, sustentabilidade ambiental e questões sociais. Sendo reconhecido o papel das mulheres professoras na formação e na implementação de práticas pedagógicas ³⁶, e reconhecendo-se a sua presença nos vários níveis de ensino e progressivamente mais nos cursos de arquitectura nacionais, desconhece-se prémio dedicado às architectas que ensinam, constituindo uma oportunidade a considerar em futuras edições deste abrangente prémio.

Retomando o cenário internacional, salienta-se terem as revistas de arquitectura ³⁷ sido das primeiras a estar atentas a esta necessidade de premiar architectas, reconhecendo o papel cada vez mais visível das mulheres na profissão, incentivando as empresas a promoverem as architectas e o seu trabalho, e oferecendo uma oportunidade para aqueles que se encontram na área se reunirem para celebrar as conquistas da arquitectura. No entanto, é sabido que se tem observado um difícil percurso no que se refere ao Prémio Pritzker ³⁸.

Em Portugal, essa distinção tem sido praticada pela Ordem dos Arquitectos através da outorga de Membro Honorário, embora sem intento de colmatar uma eventual lacuna de representatividade. Mas também aqui, os ventos mudam, e os silêncios ouvem-se. No presente mandato, a Ordem dos Arquitectos já outorgou a três das actuais nove architectas esta distinção ³⁹.

³⁵ Boussahba-Bravard, M. & Rogers, R. (eds) (2018). *Women in International and Universal Exhibitions, 1876-1937*. New York: Routledge.

³⁶ Pedrosa, 2025.

³⁷ Indicando os anos das primeiras edições, referimos alguns exemplos de prémios para architectas organizados por: 1) revistas de arquitectura – *W Awards* (2023), originalmente denominados *Women in Architecture awards* (2012, organizado pelo *AJ Architects' Journal* e *The Architectural Review*, nas categorias *Maira Gemmill prize for Emerging Architecture*, *MJ Long prize for Excellence in Practice*, *Jane Drew prize* e *Ada Louise Huxtable Prize*) e *arcVision Prize – Women and Architecture* (2013, organizado pela revista *arcVision*); 2) ordens representativas dos arquitectos – *Women in Architecture (WIA) Recognition Award* (2022, *American Institute of Architects – AIA*, em colaboração com o *Center for Architecture*); *Lilly Reich Grant for Equality in Architecture* (2020, *Consejo Superior de los Colegios de Arquitectos de España* e *Fundació Mies van der Rohe*); *Prix des Femmes Architectes* (2013, *Association pour la Recherche sur la Ville et l'Habitat – ARVHA*, com apoio do Ministério da Cultura francês, do Ministério dos Direitos das Mulheres e da Ordem dos Arquitectos, em quatro categorias: Jovem Architecta, Obra Original; Architecta e Internacional); 3) plataformas de prémios - *Tamayouz Women in Architecture and Construction Award* (2020, nas categorias *Women of Outstanding Achievements* e *Rising star*), entre outros.

³⁸ Criado em 1979, e de periodicidade anual, apenas seis mulheres venceram o Prémio Pritzker, o equivalente ao Prémio Nobel da Arquitectura; Zaha Hadid (2004), Kazuyo Sejima (2010, fundadora com o arquitecto Ryue Nishizawa do *atelier SANAA*), Carme Pigem (2017, fundadora com os arquitectos Rafael Aranda e Ramon Vilalta do *atelier RCR*), Yvonne Farrell (2020, fundadora com a architecta Shelley McNamara do *atelier Grafton Architects*) e Anne Lacaton (2021, fundadora com Jean-Philippe Vassal do *atelier Lacaton & Vassal*). Para as architectas, 1991 foi um ano relevante, quando o júri escolheu Robert Venturi não premiando a sua mulher e sócia, Denise Scott Brown, com quem trabalhava há 22 anos.

³⁹ Homenagem a título póstumo a Cristina Salvador (2011), Olga Quintanilha (2014), Maria José Marques da Silva (2021), Ana Tostões (2016), Isabel Raposo (2017), Helena Roseta (2019) e, no presente mandato (2003-2006), Alexandra Gesta, Teresa Fonseca, e Teresa Nunes da Ponte (as três em 2024).

4. O Prémio Maria José Estanco (1.ª edição)

O Plano de Actividades da AO, publicado em 2024, previa neste mandato a criação do Prémio Nacional Maria José Estanco, iniciativa com âmbito e impacto nacional que procuraria o reconhecimento e valorização do trabalho das mulheres arquitectas, promovendo e incentivando a participação plena e efectiva das mulheres na arquitectura, a igualdade de oportunidades na liderança e na tomada de decisão na prática da profissão. Esta iniciativa procurava implementar uma estratégia de inclusão, proporcionar o reconhecimento do trabalho feminino e o sentimento de pertença e acolhimento das mulheres na OA.

Para a definição do âmbito inovador da primeira edição procuraram-se também exemplos internacionais de prémios organizados pelas instituições que representam nacionalmente a profissão. Refira-se, como exemplo, em Espanha, os *Prémios Arquitectura 2024*, organizados pelo *Consejo Superior de los Colegios de Arquitectos de España* (CSCAE), que distinguem os valores culturais da arquitectura, do urbanismo e de outras formas de exercer a profissão, como relevantes para a melhoria contínua do bem-estar colectivo e, por isso, premiáveis em 12 categorias.

A aventura de concretizar a primeira edição de um Prémio pioneiro em Portugal, dedicado a obras de mulheres e aos valores socioculturais embebidos nas suas obras, terá tornado o desafio convidativo para a profissão agora, neste momento em que chegámos ao primeiro quartel do século XXI. Procuramos ultrapassar obstáculos, desenvolver ideias e progredir num percurso iniciado por Maria José Estanco em 1942 e que, em 50 anos de democracia, demonstram (ainda hoje) ser necessário dar continuidade. Mas sem necessidade de considerar como uma luta, no sentido de adversários, combates, conflitos, ou confrontos. Das definições da palavra “luta”, o *Dicionário Académico das Ciências* disponibiliza aquela que melhor identificará o que é necessário (ainda) fazer: “esforço, empenho para atingir um objectivo”, o de premiar arquitectas pela responsabilidade social que orienta a prática da profissão, para que o impacto no dia-a-dia dos cidadãos da sua arquitectura contribua para o bem-estar dos cidadãos, sendo sustentável, inclusiva e bela e, assim, promovendo o sentido de pertença aos lugares, às vilas, aos concelhos, ao país e à Europa.

Foi esta mulher “montanheira” ⁴⁰, de Loulé, que inspirou a criação de um prémio nacional de arquitectura, para além do território a Sul, sendo abrangente na vontade de conhecer outras culturas e outras geografias como, silenciosamente, fez Maria José Estanco. Numa época em que os silêncios se estão de novo a impor, fazer da ausência da palavra – e da aparentemente inerente invisibilidade que terá caracterizado a presença das mulheres nesta profissão – a oportunidade de expressar a prática da arquitectura nas suas diversas manifestações e da sua avaliação pública através de exposições, permitirá que imagens de arquitectura enviadas pelas candidatas potenciem a valorização da qualidade dos espaços habitados e divulguem a relevância da profissão para a sociedade.

Se na pintura “a imagem é silêncio que fala” ⁴¹, nas exposições de arquitectura o bem-estar que o silêncio da observação proporciona resultará da leitura do tempo e do lugar criado por estas arquitec-



Divulgação da 1º edição do Prémio Maria José Estanco, 2025.

40 “Eu nem sequer sou da cidade, eu sou como se diz lá na minha terra montanheira, nasci no monte, no campo”, *Entrevista a Maria José Estanco* (idem, nota 9)

41 Max Picard in Corbin, Alain (2025). *História do Silêncio*. Lisboa: Quetzal ed., p. 101.



Divulgação da 1º edição do Prémio Maria José Estanco, 2025.

tas autoras, por vezes em co-autoria. O silêncio potencia a curiosidade, disponibiliza para a surpresa e o encantamento. As emoções que uma exposição de imagens de arquitectura pode potenciar são inúmeras e apelam à predisposição com que se observam e apreendem os ambientes construídos. Por não permitirem a visita física ao espaço, as exposições de arquitectura, e os seus catálogos, são limitadores da comunicação do potencial da criação. A arquitectura é para ser vivida, experienciada em diversas dimensões, onde os cheiros, a temperatura, o contexto, a companhia, participam na criação de significados, partilhados ou não. No entanto, será este o modo de melhor divulgar e registar momentos que são relevantes para a história da arquitectura em Portugal.

Serão estes concursos de iniciativa das ordens profissionais que apresentam os “resultados palpáveis, insofismáveis, a diferentes níveis, apesar das grandes limitações de meios humanos a nível directivo”, face à “necessária credibilidade junto da Administração Pública e dos responsáveis políticos”, já dizia Nuno Teotónio Pereira no seu discurso de tomada de posse ⁴². E, por essa razão, se propôs a parceria à Câmara Municipal de Loulé (CML), que encontrou neste prémio um modo de homenagear de modo significativo,⁴³ a nível nacional, as mulheres e a sua arquitectura ⁴⁴.

5. Regulamento e Júri

Reconhecendo os novos modos de autoria em arquitectura, particularmente depois da passagem da *Troika* e do *Covid* pelo nosso país, onde a criatividade fez emergir “colectivos” de profissionais que se conheceram ainda enquanto estudantes, no desenho do Regulamento do novo Prémio definiu-se a distinção de “obras de qualidade da autoria ou co-autoria de arquitecta” ⁴⁵, centrando na valorização do papel sociocultural da arquitectura, criação e implementação com que a OA se tinha comprometido na sua candidatura ao presente mandato. E tal não poderia deixar de ser. Afinal, pretendia-se homenagear a primeira arquitecta portuguesa, que durante toda a sua vida exerceu de modos tão diversos a aprendizagem que a formação académica lhe proporcionou.

Na definição do júri procurou-se a representatividade profissional nacional e regional e do patrocinador, o município de origem da homenageada. O trabalho seria exigente, e incerto, uma vez que se tratava da 1.ª edição. A disponibilidade para avaliar imagens e descrições de intervenções arquitectónicas com o objectivo de premiar uma proposta é uma tarefa ingrata, agradecendo-se ao Júri, a quem se reconhece o esforço na definição de critérios que cumpram com o estipulado em Regulamento. Procurando criar um novo Prémio abrangente da multiplicidade de expressões que a

42 Pereira, Nuno Teotónio (2024). “1987-1989 Nuno Teotónio Pereira, tomada de posse...”. In Aleixo, Sofia (coord.) (2024). *50_25 Arquitectura em Democracia*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, pp. 16-17.

43 A premiada recebeu um troféu, uma placa para afixar na obra, um diploma e um prémio monetário no valor de 15 000€. A OA concebeu e produziu uma exposição itinerante, e um catálogo lançado em evento com conferência.

44 Registe-se que esta autarquia já tinha tido o Prémio de Arquitectura e Urbanismo do Município de Loulé (edição 2010-2011) onde premiou “obras novas, conjuntos e espaços verdes, de utilização colectiva... de recuperação e reabilitação”, valorizando “o enquadramento e articulação com a envolvente, a criatividade e originalidade, e o rigor da construção” (Artigo 2.º do Regulamento), de obras concluídas entre Janeiro de 2004 e Dezembro de 2007.

45 O Regulamento, passível de ajustamentos resultantes da repercussão desta pioneira iniciativa, abria-se à diversidade de tipos de intervenção, de utilização, de dimensão/escala e de gerações de arquitectas portuguesas recentemente saídas das escolas ou com significativa prática profissional, quer em nome individual, quer em duplas ou colectivos, prática que tem registado um aumento significativo neste século XXI.

arquitectura pode tomar, também pelas mãos de mulheres architectas como Maria José Estanco demonstrou, nesta primeira edição (2025), optou-se por abrir candidaturas a obras definidas “como projecto de arquitectura construído, de autora ou co-autora portuguesa, que tenha sido construída em território europeu ⁴⁶ (de iniciativa pública ou privada, nova edificação ou intervenção em edificado existente) e que contribui para a sustentabilidade dos valores socioculturais do lugar (enquanto pessoas e sítio) onde se localiza”, como consta no Regulamento. Procurava-se que este Prémio constituísse um marco na história da arquitectura em Portugal ao celebrar o compromisso da arquitectura para com a sociedade, demonstrando a sua capacidade transformadora que contribui para a qualidade do nosso quotidiano. E assim também inovou este prémio ao valorizar os processos de projecto que reconhecem, na sustentabilidade social da arquitectura, o seu desígnio. E assim também contribuiu para os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável proporcionando oportunidades de aprendizagem para todos (ODS4), contribuindo para a igualdade de género (ODS5), e incentivando architectas a tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis (ODS11).

6. Das Candidaturas

O Prémio Maria José Estanco promove a diversidade cultural europeia revelando a evidência dos novos tempos ao encontrar, numa architecta nascida e formada fora de Portugal, o reconhecimento dos valores socioculturais que dão significado à arquitectura portuguesa, potenciando a sua continuidade, enquanto actualizando para a contemporaneidade, em proposta que potencia a estima, e, como tal, a sustentabilidade desses lugares. A proposta seleccionada pelo júri ilustra igualmente o conceito da *New European Bauhaus* que defende ambientes construídos agradáveis e atractivos, defendendo que mesmo as comunidades mais pequenas merecem espaços de vida que melhorem o seu bem-estar e sentimento de pertença. Ao promover soluções não só sustentáveis, mas também inclusivas e belas, respeitando simultaneamente a diversidade do lugar, as tradições e a cultura local, no geral, as intervenções candidatas transmitem uma silenciosa serenidade, seja em espaços públicos, equipamentos, ou na habitação, prevalecendo a moradia, relembrando a 1.ª *Trienal*, de 1990.

As candidaturas apresentadas por 15 architectas, num universo que então ⁴⁷ ainda não representava metade dos membros da Ordem dos Arquitectos, são indicadores de esperança de que esta nova geração está preparada para o futuro. Nova, porque das candidatas à 1.ª edição do Prémio Maria José Estanco, apenas uma se inscreveu como membro na década de 1980, observando-se sete inscritas na primeira década do século XXI, seis na segunda, e três na terceira década deste século, o que sugere a disponibilidade das jovens architectas em se apresentar à competição, em se apresentarem ao escrutínio público do seu trabalho, seja individual, seja em co-autoria.



46 Uma geografia a ser objecto de reflexão na 2.ª edição.

47 Em Março de 2025, 10 159 architectas tinham inscrição activa na OA. Em Setembro de 2025 são já 10 363.

Candidaturas ao Prémio MJE, 1º edição | 2025, distribuídas pelas Secções Regionais da OA (Norte ; Centro; Lisboa e Vale do Tejo; Alentejo; Algarve) e Europa

Curiosamente, e considerando o ano de nascimento, 12 candidatas nasceram já em Democracia, e Paula del Río Huesa, a mais jovem, nascida em Espanha em 1995 e com 14 anos de prática, foi a vencedora. Estes serão sinais de novos tempos, sinais de que a qualidade da arquitectura e o contexto onde se insere requerem a compreensão dos valores socioculturais do lugar. E essa capacidade de leitura e interpretação não terá nacionalidade, emergindo a competência e a qualidade deste prémio que se disponibiliza à validação dos visitantes em exposição itinerante.

7. O futuro do Prémio Maria José Estanco (que se deseja próximo)

Embora já em 1960, Maria Lamas tenha afirmado que “a condição da mulher é o índice do nível de uma sociedade” ⁴⁸, então num contexto de ditadura onde é bem conhecido o papel “reservado” à mulher profissional, foi apenas em 2024 que uma imposição legal ⁴⁹ introduziu a promoção da igualdade entre homens e mulheres no Estatuto ⁵⁰ da nossa profissão. Este facto indica que as mulheres em Portugal, e a arquitecta em particular, estão num índice que necessita de direito legal para se elevar, o que reflecte o diminuto reconhecimento efectivo de igualdade pela sociedade tendo até, afinal, de ser imposto aos seus pares.

Iniciativas como o presente Prémio, procuram contribuir para alterar esta situação na expectativa de que – pelo crescente número de mulheres inscritas na OA ⁵¹, cuja arquitectura está a ganhar uma significativa presença na paisagem construída, no ensino, e na investigação, e num futuro que se deseja próximo, seja necessário adaptar o Regulamento e, homenageando a primeira “Senhora Arquitecto” formada há mais de 8 décadas e após 50 anos de Democracia, se premeie a obra de arquitecta e/ou arquitecto.

Sofia Aleixo, Vogal Eleita do Conselho Diretivo Nacional da OA

A autora não escreve ao abrigo do Acordo Ortográfico de 1990

48 Maria Lamas, “As primeiras leis da República e a Mulher ”, *Seara Nova*, n.º 1378-79-80, Set.-Out. 1960, p. 226.

49 A Lei n.º 26/2019, de 28 de Março, vem estabelecer o regime da representação equilibrada entre homens e mulheres no pessoal dirigente e nos órgãos da Administração Pública.

50 Alteração ao Estatuto da OA pela Lei n.º 12/2024, de 19 de Janeiro, no que concerne às listas de candidatos aos órgãos electivos das associações públicas profissionais.

51 Incluo alguns dados quantitativos que permitirão um enquadramento dos resultados desta 1.ª edição do Prémio Maria José Estanco. Em Setembro de 2025, a OA, num total de 23 104 membros activos, tem 44,8% de mulheres. Suspensos, por pedido do/a próprio/a, estão 6 074, em que 54,2% são mulheres. Os membros estagiários activos são 879, contando 56,3% mulheres. E se o membro mais idoso feminino inscrito foi Maria José Marques da Silva, em 1914, actualmente o membro mais jovem da OA, nasceu em 2000, terminou o curso em 2023 em Lisboa, e inscreveu-se em 2025 com um número muito próximo de 30 500: este membro é uma mulher.